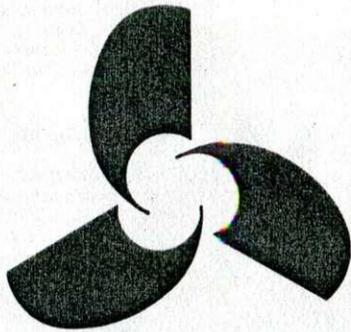


JORNAL CRP-06

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA • 6ª REGIÃO
Nº 64 • Ano 10 — Janeiro/Fevereiro 1990



MOVIMENTO JÁ COMEÇOU

Agência F.A/Zeca Guimarães



**Não à privatização
da Saúde**

**Tomou posse a
nova Gestão**

**Reconhecimento
profissional, uma
conquista dos
psicólogos**

Veja na página 3 os prazos
de pagamento das anuidades

EDITORIAL

Prioridades e estratégias de ação.

Depois de conquistar 9.008 do total de votos válidos, a Chapa Movimento venceu as eleições e assumiu a direção do CRP-06 para o triênio 1989/92. O início da nova Gestão ficou oficializado na cerimônia de posse realizada em 29 de setembro passado.

A plataforma que garantiu nossa vitória destaca três pontos de preocupação: a formação do psicólogo, a qualidade do exercício profissional e o atendimento à categoria em relação aos aspectos teóricos, técnicos e éticos da profissão.

Como tais prioridades foram amplamente divulgadas durante a campanha eleitoral, supomos, então, que a maior parte da categoria elegeu esses princípios para nortear a atuação da entidade nos próximos anos.

Mas, como essas questões vão ser tratadas concretamente, agora que a Gestão Movimento passou da plataforma para a ação? Antes de apresentarmos programas acabados, consideramos importante primeiro definir os pressupostos que baseiam a visão que temos a respeito da formação profissional e da profissão.

Um dos pressupostos que podem dar especificidade à Psicologia é o

trabalho com a subjetividade da pessoa. Isto é, em qualquer lugar de inserção do sujeito (escolas, empresas, clínicas etc), em qualquer área, o psicólogo trabalha ao nível das relações (seja pessoal, com a sociedade ou com o meio ambiente), propiciando ao sujeito o resgate de sua condição histórico-social.

A partir dessa concepção reafirmamos o psicólogo enquanto profissional da saúde. E esta afirmação — já feita pela Gestão anterior, Palavra Aberta II — determina o prisma sob qual discutimos a formação e a qualidade do exercício profissional.

É claro que com a delimitação desses pressupostos não pretendemos ignorar diferenças teóricas e nem tampouco negar as singularidades próprias às diversas áreas de inserção profissional. As peculiaridades existem e elas implicam, inclusive, demandas diferenciadas.

Para contemplar essas diferenças na sua ação, o Conselho conta com um tipo de instrumento — as Comissões formadas desde o dia da posse (conheça suas composições na matéria publicada na pág. 03 desta edição).

Instituídas como um espaço no qual os psicólogos podem se manifestar, as Comissões acabam sendo porta-vozes ou uma espécie de amostragem daquilo que os profissionais estão vivenciando. Com esta via de comunicação, é possível o CRP-06 ouvir as demandas, problematizá-las e traduzi-las em estratégias de ação. A promoção de eventos e as publicações de interesse da categoria e da população, por exemplo, podem ser disparadas a partir desse meio de discussão.

Com um escopo assim definido, o Conselho consolida seu papel político ultrapassando, na prática, os limites legais dentro dos quais ele foi criado. Para além da simples fiscalização, a entidade enfoca questões teóricas, técnicas e éticas, orientando os psicólogos na perspectiva de melhorar a qualidade dos serviços que eles prestam à população.

Se a Gestão Movimento se propôs desenvolver esse trabalho, é porque, obviamente, acredita na importância da função social desta entidade. Nesse sentido, achamos oportuno discutir o papel das entidades que representam a categoria, sejam Conselhos, sejam Sindicatos.

O leitor escreve.

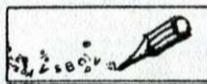
O CRP-06 recebeu carta de Uma leitora da Capital de São Paulo, comentando o Editorial da última edição. Segue o resumo:

"Qual não foi minha surpresa ao ler, no Editorial do Jornal CRP-06 n.º 63: ... Como decorrência da desinformação apareceram, no interior, resultados incoerentes... Surpresa, por ser taxada (como 50% dos eleitores) de desinformada, talvez por não compartilhar as expectativas do momento. Surpresa, por estar diante de uma explicação tendenciosa, incompatível com a condição da categoria profissional — a imparcialidade. Indignada com as palavras do Editorial e sentindo uma total inobservância deste, de uma característica tão exigida durante a formação do Psicólogo e não existente no próprio órgão fiscalizador profissional."

Agláé Cristina de Paula — Capital
CRP-06/20043-9

O Conselho responde:

O Editorial do n.º 63 diz: "...O material de divulgação das plataformas concorrentes chegou com atraso a todas as regiões eleitorais, exceto a Capital de São Paulo. Com isso, os psicólogos que votaram por correspondência fizeram-no sem ter recebido qualquer informação sistemática acerca dos programas propostos pelas chapas e sem conhecer as respectivas listas de apoio." É a essa desinformação que nos referimos e que supomos responsável pelo que chamamos de "resultados incoerentes": o voto de 50% dos eleitores em duas chapas que não se apoiavam mutuamente (Palavra Aberta e Realidade). Mas tudo isso, como fica claro no Editorial, se refere aos eleitores do interior.



Curtas

Guias de Anuidade

Atenção, colegas! Os prazos para pagamento da anuidade (2 MVR) de 1990 estão definidos. Para quem optar pelo parcelamento, as datas de vencimento são: 15 de janeiro, 15 de fevereiro e 15 de março. Já, a quitação à vista pode ser feita até 31 de março com 10% de desconto. Lembrem-se de que pagamentos em atraso sofrerão multa de 10% no pri-

meiro mês, de 20% a partir do segundo, e mais 1% de juros para cada mês subsequente. Para facilitar, o Conselho enviou as guias de anuidade aos endereços dos psicólogos. O pagamento poderá ser feito em qualquer agência da Caixa Econômica ou Banespa.

Multa eleitoral

Os psicólogos que não votaram nas

eleições de 28 de agosto de 1989, nem justificaram seu não comparecimento ao pleito, receberão em seus endereços uma guia para pagamento da multa eleitoral, nas agências da Caixa Econômica Federal e do Banespa. O valor é 1 MVR (Maior Valor de Referência), com vencimento até 30 de abril de 1990. Após essa data, o CRP-06 será obrigado a efetuar a cobrança de acordo com a legislação em

vigor.

El Salvador: repúdio

No mês de dezembro passado, o CRP-06 enviou carta à Embaixada de El Salvador repudiando o incidente de 16 de novembro último na cidade de El Salvador, quando grupos paramilitares executaram o reitor e quatro professores da Universidade Centro Americana.

EXPEDIENTE

Conselho Regional de Psicologia 6.ª região

Conselheiros: Adermir Ramos da Silva Filho, Aicil Franco, Ana Lúcia Jackson, Ana Maria Blanques, Arialdo Germano Junior, Antonio Cesar Frasseto, Beatriz de Paula Souza, Benedita Antonia Watanabe, Brônia Liebesny, Carolina do Rocio Klomfahs, Denise Bandeira de Melo, Fausto Afonso Duarte, Frida Zolty, Graça Maria Totaro, Irma Macário, João Carlos Bertoni, José Alfredo Leal, José Zula de Oliveira, Kathia Nemeth Perez, Luiz Celso Manço, Maralúcia Ambrósio Abramovay, Marlene Bueno Zola, Maurício Lourenção Garcia, Mauro Hollo, Regina Heloisa Maciel, Sara Raquel da Silva, Selma Regina Paschini, Solange Bertolotto, Valter Apoli-

nário Filho, Vera Regina Rodrigues.

Sede — São Paulo: Rua Borges Lagoa, 74, CEP 04038 — fone: (011) 549-9799.

Delegacias: ABC (Maria Regina Tonim): Rua Luis Pinto Fláquer, 519, 6.º andar, sala 61, fone (011) 444-4000. Assis (Isabel Cristina Francisco): Rua Angelo Bertocini, 345, fone (0183) 22-6224. Bauru (Regina Maura Gimenez): Rua Batista de Carvalho 4-33, 2.º andar, salas 205/206, fone (0142) 22-3384. Campinas (Hipólito Carretone Filho): Rua Barão de Jaguara, 1.481, 17.º andar, sala 172, fone (0192) 32-5397. Campo Grande (Pedro Cesar Gonçalves): Rua Dom Aquino, 1354, sala 97, fone (067) 382-4801. Cuiabá (Maria Aparecida Fernandes): Av. Tenente Coronel Duarte,

549, 3.º andar, sala 302, fone (065) 322-6902. Lorena (Rosângela Dueri Matos): Rua N.S. da Piedade, 185, sala 9, fone (0195) 52-4658. Ribeirão Preto (Vladimir Marchetto Leite): Rua Cerqueira César, 481, 3.º andar, sala 301, fone (016) 636-9021. Santos (Antonio Carlos Simoniam dos Santos): Rua Paraíba, 84, fone (0132) 39-1987. São José do Rio Preto (Fátima Cristina Garcia): Rua 15 de novembro, 3.171, 9.º andar, sala 91, fone (0172) 21-2883.

JORNAL DO CRP-06

Jornal do CRP-06 é o órgão de orientação do exercício profissional publicado bimestralmente pelo Conselho de Psicologia — 6.ª edição.

Comissão de Divulgação: Maurício Lourenção Garcia, João Carlos Bertoni, Antonio Cesar Frasseto, José Zula de Oliveira. Edição: Sueli Zola (MTb 14.824) Redação: Graciela Karman (MTb 16.775) Produção Gráfica: Simorg Projetos Gráficos Revisão: Maria Aparecida F. M. Bussolotti. Composição, fotolito e impressão: Jorúes Companhia Editora, fone 815.4999. Tiragem: 29.000 exemplares.

As colaborações enviadas ao **Jornal do CRP-06** poderão ser publicadas integral ou parcialmente. Em ambos os casos, a fonte de informação será referida conforme os originais enviados, os quais poderão sofrer ou não alterações consideradas necessárias, de acordo com critérios editoriais.

A posse da nova gestão



Da esquerda para a direita: Adermir Ramos, Adalberto Boletta, Nanci Bühler, Marlene Guirado, Regina Maciel, Marlene Zola e Valter Apolinário.

No dia 29 de setembro último, os membros da diretoria da Gestão Palavra Aberta II — Marlene Guirado, Benedito Adalberto Boletta de Oliveira e Nanci Bühler — empossaram os trinta Conselheiros que integram a Gestão Movimento, no triênio 1989/1992. Na mesma data, constituíram-se também a nova comissão da Diretoria e demais comissões. Para a Diretoria, foram eleitos Regina Heloisa Maciel, Presidente; Marlene Bueno Zola, Vice-presidente; Adermir Ramos da Silva Filho,

Conselheiro-secretário; Valter Apolinário Filho, Conselheiro-tesoureiro. As outras comissões ficaram assim constituídas:

Ética

Benedita Antonia Watanabe, Brônia Liebesny, Frida Zolty, Sara Raquel da Silva, Maralúcia Arenque Abramovay.

Orientação e Fiscalização

Aicil Franco, Denise Bandeira de Melo, Kathia Nemeth Perez, Solange Bertolotto, Ana Lúcia Jackson.

Divulgação

Maurício Lorenção Garcia, João Carlos Bertoni, Antonio Cesar Frasseto, José Zula de Oliveira.

Delegacias

Selma Regina Paschini, Vera Regina Rodrigues, Irma Macário, Arialdo Germano Júnior, José Alfredo Donizetti Leal.

Trabalho

Mauro Hollo, Carolina do Rocio

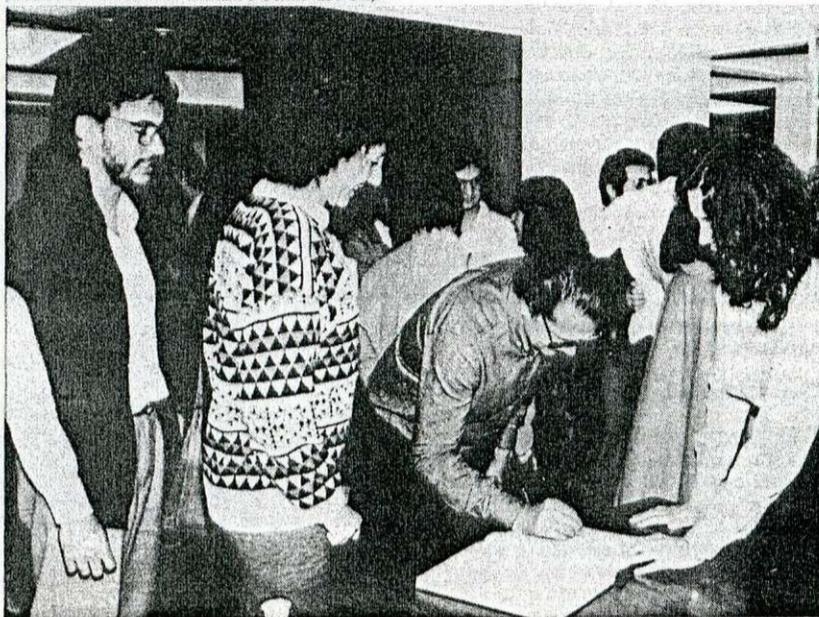
Klompfahs, Fausto Afonso Duarte. Saúde e Educação

Benedita Antonia Watanabe, José Zula de Oliveira, Ana Maria Blanques, Beatriz de Paula Souza, Graça Maria Totaro, Kathia Nemeth Perez, Ana Lúcia Jackson.

Supervisão e Formação

Ana Maria Blanques, Solange Bertolotto, Aicil Franco.

Abaixo os Conselheiros assinam o Termo de Posse.



Assembléia aprova orçamento de 1990

No dia 17 de outubro último foi realizada a Assembléia Geral do CRP-06. Um dos objetivos foi a prestação de contas do exercício de 1989; o outro, discutir a proposta de orçamento para 1990. Entre os 44 psicólogos presentes, a discussão girou sobretudo em torno da necessidade de se fixar, para a anuidade de 1990, um valor que garantisse os projetos políticos da nova Gestão.

A Conselheira-presidente Regina Heloisa Maciel abriu a assembléia convidando Nancy Bühler, Conselheira-tesoureira durante a Gestão Palavra Aberta II, a apresentar a prestação de contas referentes a 1990.

Nancy Bühler relatou que, dos projetos aprovados para serem executados em 1989, somente um não foi efetivado. No ano de 1989, preparou-se o processo eleitoral; publicaram-se os Anais do I Congresso de Psicologia, CONPSIC, realizado em 1988; produziu-se e veiculou-se campanha publicitária para divulgar a profissão; implantaram-se representações nas cidades de Dourados e Três Lagoas; participou-se do I Congresso Nacional Unificado dos Psicólogos; instalaram-se terminais

de computação na sede; realizaram-se adaptações na recepção da sede. A meta não alcançada foi a publicação do livro com trabalhos do I CONPSIC.

O atual Conselheiro-tesoureiro, Valter Apolinário Filho, apresentou o orçamento programa proposto pela Gestão Movimento para 1990, a começar pelas bases que servem de cálculo para a previsão orçamentária. Ele ressaltou que as receitas do Conselho provêm fundamentalmente do pagamento de anuidades e outras taxas (inscrições, multas). Já as despesas são de dois níveis: a — as básicas (e inevitáveis), como Recursos Humanos e Manutenção; b — as alocadas para ações propriamente políticas do Conselho.

O Conselheiro-tesoureiro apresentou três propostas de orçamento a partir de três propostas de anuidade: 2 MVR (Maior Valor de Referência), 1,95 MVR e 1,85 MVR. Ele lembrou que a ação política da Gestão se propõe concretizar os compromissos assumidos com a categoria através de sua plataforma: criar novas Delegacias, participar e incentivar a participação dos psicólogos no planejamento das políticas de

saúde, educação, trabalho etc. Só a anuidade de 2 MVR daria condições de contemplar todas as propostas políticas. A de 1,95 MVR as atenderia apenas em parte e a de 1,85 seria insuficiente para levar adiante qual-

quer uma delas — nesse caso, o Conselho ficaria reduzido a sua função precípua. Depois de avaliar a dimensão da perda que a menor anuidade representaria para as funções do Conselho (enquanto para cada psicólogo, a diferença não passaria de 9%), foi aprovada, por unanimidade, a anuidade de 2 MVR.

Com outra votação, ficou autorizada a alienação dos bens móveis que se tornarem inservíveis ao Conselho e se ratificou a alienação dos seguintes bens móveis, já procedida: 3 mesas com 3 gavetas; 1 arquivo de aço Paulista com 4 gavetas; 1 arquivo de aço Paulista Securit; 2 monitores (vídeo) Brascon; 1 teclado Alfa numérico Brascon; 1 CPU (Sistema Operacional BR 1000 W10 contendo 128 KB de memória com 1/2 N de Disco Winchester de 10 MB); 1 portão de garagem (4m x 2,8m).

Na tabela, os valores da previsão de receita e despesa para 1990:

DESPESA	EM BTN's
1. Pessoal	783.350,65
2. Plano de Atuação	307.983,38
3. Manutenção	236.904,59
4. Ativo Fixo (Patr.)	32.274,82
5. Projetos	93.077,60
TOTAL DAS DESP. (LIQ.)	1.453.591,04

RECEITA	EM BTN's
Receitas Anuidades	961.158,93
Receitas Patrimoniais	343.263,09
Outras Receitas	455.223,33
RECEITA BRUTA	1.759.645,35
COTA-PARTE	306.054,31
RECEITA LÍQUIDA	1.453.591,04

Base de cálculo:

* BTN do mês de setembro

Privatização e Corporativ

Propostas surgidas do Conselho Regional de Medicina nega

O CRP-06 recebeu em outubro passado um ofício do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, o qual apresenta uma proposta alternativa para a questão da saúde no Brasil e, ainda, solicita sugestões a respeito da mesma.

A proposta, denominada "Plano de Assistência Médica Viável", parte de premissas conceituais genéricas para traçar o esboço de um Sistema de Saúde Individual que, em última instância, implica a privatização dos serviços públicos do setor.

Por discordar de tal proposição, o CRP-06 uniu-se aos Conselhos Regionais dos Nutricionistas, dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais, dos Assistentes Sociais e ao Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, no sentido de empreenderem conjuntamente medidas que evitem a viabilização desse projeto.

As discussões iniciais desenvolvidas pelo mencionado grupo de entidades resultou numa análise crítica sobre os fundamentos que baseiam a proposta em questão. Veja abaixo os principais pontos do "Plano de Assistência Médica", respectivamente analisados.

Bases Conceituais Ultrapassadas

O CREMESP se utiliza de três conceitos para sustentar sua proposição: *a saúde definida como bem-estar físico, psíquico, social e ambiental; a universalização do acesso à saúde para todos os indivíduos que compoem a sociedade; a garantia da saúde através de meios de subsistência.* Este último é destacado no documento como particularmente importante.

A começar pelo conceito preliminar, nota-se que a definição referida é vaga e ultrapassada, tendo sido, inclusive, modificada pela 8ª Conferência Nacional da Saúde, em 1986 e referendada pela Constituição Brasileira, em 1988.

Atualmente, a saúde é entendida como resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. E o direito à saúde significa a garantia, pelo Estado, de condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação, em todos os seus níveis, a todos os habitantes do território nacional.

Já nos dois conceitos subseqüentes encontram-se contradições claras entre ambos. No momento em que o documento afirma a *garantia da saúde através de meio de subsistência*, a noção de universalização do acesso resulta prejudicado, pois a saúde fica condicionada a trabalho e capital, além de estar caracterizada enquanto um produto comercial.

Ainda no aspecto conceitual, a proposta do CREMESP salienta: *"a assistência médica ao indivíduo se faz através da equipe multiprofissional, mas é fundamental não esquecer que é sobre o papel desempenhado pelo médico que deve centrar-se a elaboração de qualquer planejamento assistencial."*

Nesse item, verifica-se a tentativa de restringir o amplo sentido da concepção de saúde aos limites da atuação médica; o que consiste em um equívoco grave. Para alcançar resolutividade, a elaboração do planejamento assistencial deverá estar necessariamente centrado nos **problemas da população.** Os recursos hu-



Fernando Santos/Agência Folhas

manos, por sua vez, deverão ser dimensionados de acordo com as necessidades constatadas pelo referido planejamento.

Dois Sistemas, Nenhuma Solução

Depois de expostas essas premissas, o documento estabelece os meios pelos quais se objetiva concretizar o Plano de Assistência Médica. Isto é feito através da divisão de atribuições entre o Estado e a iniciativa privada. Ou seja, *as ações que visam preservar a saúde da sociedade como um todo são responsabilidade do Estado; e as ações que visam atender as necessidades do indivíduo são responsabilidade individual.*

Com base nessa dicotomia, o CREMESP propõe a existência de dois Sistemas — o Público e o Individual. Ao Sistema de Saúde Pública ele atribui, em síntese: *• elaboração e execução dos programas: de Imunização, Combate às Endemias, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Normatização e Fiscalização das ações de saúde em geral, Formação de Recursos Humanos e Pesquisa Científica na área de saúde; • criação de: Centros de Excelência de Assistência Médica, Institutos de Pesquisa, Produção de Insumos para Assistência à Saúde, Redes de Assistência Primária.*

O Sistema de Saúde Individual, segundo a proposta, *"se origina da própria necessidade da comunidade, conforme as leis naturais que comandam o surgimento das infra-estruturas de serviço e comércio. Sua execução (restrita ao âmbito da assistência médica) pode ser feita por organizações públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos. O princípio da livre concorrência e direito de opção individual irá assegurar a qualidade dos serviços prestados."*

As bases para implantação desse Sistema são, em síntese, colocadas assim:

- *"desvinculação dos recursos para assistência médica na Previdência Social desde a sua origem, ou seja, do percentual do recolhimento sobre os salários;*
- *manutenção da obrigatoriedade de contribuição sobre os salários do seguro para assistência médica, sendo optativa ao indivíduo a escolha do órgão segurador, público vinculado à Previdência Social, ou privado de qualquer origem para o seguro basal de saúde;*
- *desvinculação gerencial da administração dos recursos financeiros do sistema securitário, tando no sistema público quanto no privado."*

Interesses Econômicos em Jogo

A idealização dos dois Sistemas se pauta, de forma inequívoca, na dicotomia que sempre esteve presente entre assistência preventiva (de responsabilidade dos Órgãos Públicos) e assistência curativa (INAMPS e rede privada). E este pressuposto é inaceitável, porque significa um retrocesso não só a nível conceitual, mas sobretudo em termos políticos.

Não é por acaso que o CREMESP atribui ao Estado as atividades de prevenção e produção científica na saúde. Estas implicam altos custos de investimentos, enquanto os serviços médicos curativos (atribuídos à rede privada) geram somente lucros. Os interesses econômicos em jogo, apesar de não serem explicitados, são mais que evidentes.

Além disso, o momento histórico do país em que se insere essa proposta também não é casual. Ela surge em final de setembro de 1989, justamente no período em que o Congresso Nacional entra em fase de deliberação (da Legislação Ordinária) a respeito da Lei Orgânica da Saúde.

Neste contexto, fica óbvia a intenção de se invalidar (na prática) os avanços conquistados (em tese) na Constituição Federal. O "Plano de Assistência Médica Viável", estruturado a partir dos recursos da Previdência Social (e calcado nos princípios da livre concorrência e opção individual) nada mais é que a tentativa de negar a efetivação do Sistema Único de Saúde, aprovado no texto Constitucional.

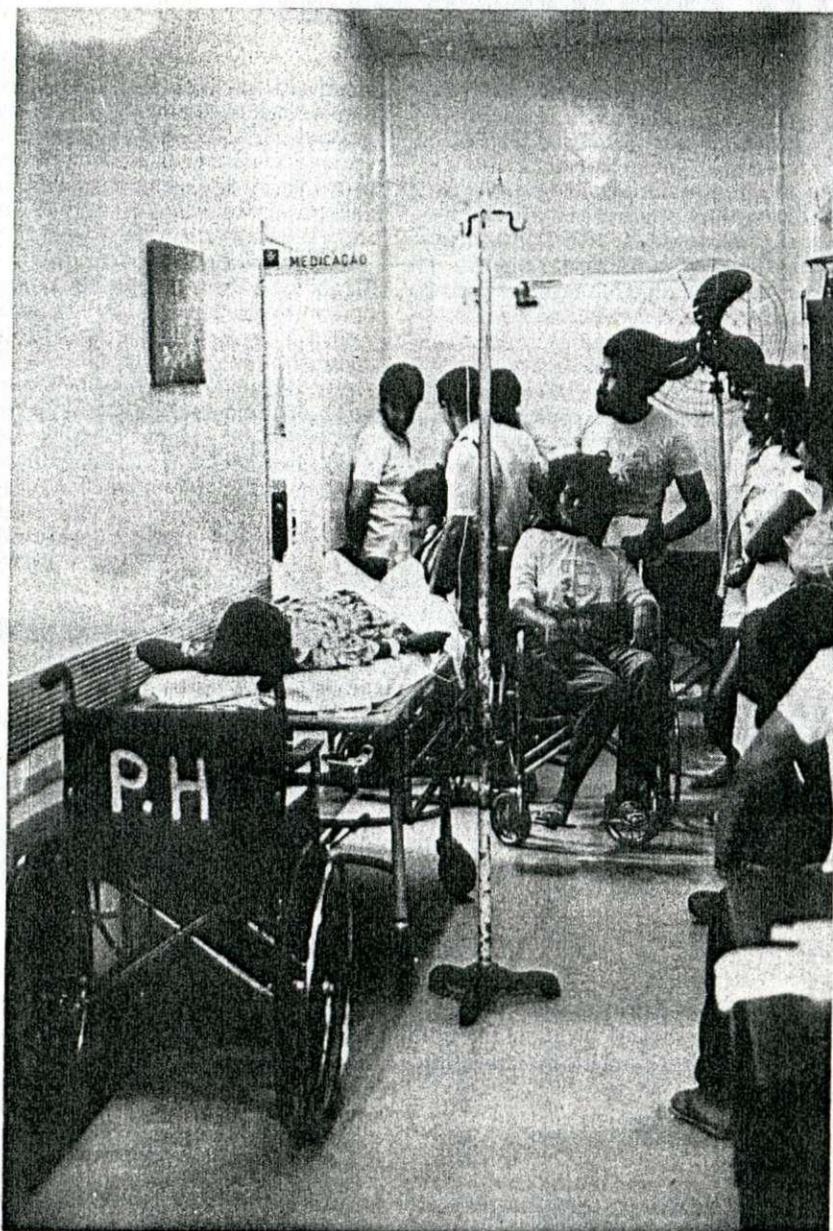
E, em suma, um projeto em defesa da privatização e mercantilização da saúde. Um projeto bastante antigo, aliás. Em 1986, os grupos de medicina privada promoveram um evento na mesma data da realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde para se contrapor (de maneira acintosa) às discussões levantadas durante a Conferência. Em 1988, os mesmos organizaram lobbies junto aos Constituintes no sentido de assegurar na Lei os interesses privatistas. Agora, em 1989, ressurgem novamente com esta proposta retrógrada que merece, no mínimo, ser rechaçada.

Os Coadjuvantes do Médico

No dia 7 de novembro passado, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou, na seção "Cidades e Serviços", o artigo do dr. Assaf Habda, Vice-presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, que reproduzimos a seguir. Com diversos argumentos, o dr. Habda defende a idéia de que a saúde é área de atuação exclusiva do médico. Essa concepção — assim como a da privatização dos serviços médicos — é um óbvio desdobramento do mesmo conceito de saúde que norteou a proposta do "Plano de Assistência Médica Viável". Para contestá-lo, o CRP-06 obteve direito de resposta, publicada pelo *O Estado*

ativismo ameaçam a Saúde

negam os avanços constitucionais e os direitos da população.



de São Paulo no dia 26 de novembro, e cuja síntese segue abaixo.

O artigo assinado por Assaf Habda, Vice-presidente do CREMESP

“De algum tempo para cá, alguns, os mesmos que em nome da Democracia querem acabar com ela e com a liberdade, através de uma ardilosa e persistente obsessão, desejam nivelar ciência e ignorância ou ciência e simples técnica. Entretanto, a única igualdade desejável e possível é a da oportunidade. Ela deve ser igual para todos, em qualquer regime de liberdade, para que estes iguais se desigualem através da aptidão e do aprimoramento de cada um, formando assim o insubstituível arco-íris da desigualdade dos iguais. Não há como igualar desiguais, ainda que do mesmo círculo, quanto mais dos que desempenham funções desiguais. Seria tentar o absurdo, igualando o trabalhador intelectual ao meramente instrumental. A igualdade

dos valores, confundindo-os em um único, traria em si a morte dos valores e o desaparecimento do permanente esforço na luta contra os desvalores.

Os próprios médicos, cujo conteúdo laborativo é a infatigável busca do equilíbrio da saúde do corpo e da alma, não encontram entre si, até os que morejam na mesma especialidade, a inaceitável igualdade.

Estes obcecados perseguidores da igualdade criaram uma espaçosa categoria, ou melhor, ampliaram a do médico, tornando todos, indistintamente, que trabalham em qualquer órgão de assistência médica, em Profissionais da Saúde. Em nada isto seria prejudicial se não existisse a maliciosa intenção de proletarizar o médico, colocando-o como simples instrumento da engrenagem Saúde. Até aceitaríamos que essa nova e espaçosa categoria tivesse leigos entre nós, se refletisse em melhoria daqueles que, com esforço e muito amor, de forma direta ou indireta, contribuem para a consecução do ato médico. Porém, os detratores da classe médica desejam, na verdade, o que já iniciaram com este desastroso Suds, colocando nas chefias de

postos médicos e outros organismos de assistência médica pessoas não médicas, leigas e de várias categorias, no mais afrontoso desrespeito à missão moral e legal dos verdadeiros médicos.

Este é assunto para um especial tratamento. Assim como a rosa jamais perderá o seu perfume, também os médicos jamais abandonarão o seu ministério pela insistência de confundi-los com aqueles que o ajudam.

Entendemos que, por tradição e por lei, somente o médico é profissional de ou da saúde. Tem ele determinadas finalidades no seu exercício que a mais ninguém compete executá-las. O artigo 2º do nosso Código de Ética assim se expressa: ‘O alvo de toda a atenção do médico é a saúde do ser humano, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional’. Cuidar da saúde é autorização e dever moral e legal para o profissional médico, a quem cabe fazer diagnósticos e o respectivo tratamento. Qualquer outro, profissional ou não, que queira cuidar da saúde de pacientes, estará incorrendo em falta grave, pelo exercício ilegal da profissão de médico. Para consecução do ato médico é necessária a ajuda de muitos outros profissionais, cuja colaboração é digna do nosso respeito e permanente admiração. O zelo,

o carinho e até mesmo o sacrifício, que muitos destes coadjuvantes dos atos médicos emprestam às suas ações, não os autorizam e nem os credenciam a serem profissionais de saúde. O que querem realmente os detratores da classe médica ao englobá-los nesta ‘espaçosa categoria’? O que são ‘Profissionais de Saúde’? São os médicos que realmente cuidam da saúde curando as doenças ou prevenindo-as, ou serão todos aqueles que pertencem a um sistema de saúde, como o atendente, servente, telefonista, datilógrafo, guarda, motorista, o Robot e outros que trabalham no hospital, posto de saúde ou ambulatório? Não seria desprestígio algum para qualquer médico pertencer às categorias que com ele militam, mas a que não pertence, pois pertence à classe médica e assim tem que ser reconhecido.

Que são os profissionais da saúde? Serão todos aqueles que recebem os seus salários através de um órgão encarregado legalmente de patrocinar a cura e a prevenção da doença? Que são profissionais da saúde? Seriam aqueles que tivessem contato com o paciente, desde o preenchimento da ficha até o balconista da farmácia que lhe entrega o remédio? Que são profissionais da saúde? Profissionais de saúde são médicos e mais ninguém.

Seriam, porventura, estes mesmos atendentes, serventes, telefonistas e todos os demais funcionários que servem a um estabelecimento de saúde — ‘profissionais de direito’ — se trabalhassem no Fórum? É claro que não, pois profissionais do direito são os advogados e somente eles.

Por que esta maldosa intenção de destruir a figura do médico, misturando-o na pulverização da inconcebível igualdade? E pelos prejuízos da equalização a quem cabe responder, ao médico ou aos pseudoprofissionais da saúde?

Colegas, aqueles que realmente são médicos, não apenas possuem diploma, mas e sobretudo pelo efetivo exercício, unamo-nos e acabamos com esse desrespeito a nós e a nossa profissão. Profis-

sional da saúde é o médico e mais ninguém, moral e legalmente.”

A resposta do CRP-06, em artigo assinado por Valter Apolinário Filho, Conselheiro-tesoureiro.

“(…) Diante da manifestação de tão discutível opinião, os Conselhos Regionais que representam profissionais da saúde, como psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, entre outros, consideram necessário expor suas divergências em relação às idéias defendidas pelo articulista.

A primeira e principal discordância diz respeito ao conceito de saúde implícito no artigo. (...) Embora de forma indireta, o texto citado (acima) permite observar que, segundo a concepção do dr. Habda, a saúde se define a partir dos estreitos limites do ato médico. E mais: percebe-se também que ele pretende sustentar seu ponto de vista nos alicerces da lei. Para contrapor esses argumentos, basta retomar as conclusões já registradas em dois documentos fundamentais: o relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde e o texto da Constituição Federal.

Realizada em março de 1986, a 8ª Conferência Nacional foi um marco que introduziu no Brasil modernas noções: a saúde entendida como processo resultante das condições de vida e a atenção à saúde garantida por meio de ações que não se restrinjam à assistência médica e nem à dicotomia preventivo-curativa.

A abrangência conceitual obtida na 8ª Conferência consolidou-se depois, em outubro de 1988, com a promulgação da Carta Magna. O texto constitucional, no

Titulo VIII da Ordem Social, Seção II, Artigo 196 estabelece: ‘A saúde é direito de todos e dever do Estado, assegurado mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação’.

Com esta configuração, fica bem claro que as metas de promoção, proteção e recuperação da saúde, para serem alcançadas, pressupõem tanto a atuação de profissionais de diferentes habilitações, quanto a integração entre as diversas ações produzidas por eles.

Assim, a despeito dos interesses defendidos por parte da categoria médica, a saúde deixou de ser terreno de apropriação de um único saber para dar lugar a um conhecimento de nível multiprofissional. Se a perda da hegemonia acaba provocando reações adversas, como a do dr. Habda, é porque, lamentavelmente, os objetivos corporativistas são colocados acima das próprias necessidades e direitos da população.

Por fim, cabe salientar que a presente contraposição não tem a intenção de pleitear a denominação ‘profissionais da saúde’ para os psicólogos, assistentes sociais, etc. O legítimo reconhecimento das profissões nasce das práticas exercidas junto ao público — e não da imposição de reservas corporativas desta ou daquela categoria profissional.

O que se quer, na verdade, é desmascarar o conservadorismo da posição defendida pelo vice-presidente do CREMESP, que tenta salvaguardar ‘o seu ministério’ em detrimento dos avanços duramente conquistados por amplos setores da sociedade brasileira.”

Psicólogos conquistam reconhecimento profissional

Apresentado por sua vice-presidente, Marlene Bueno Zola e por Maria Regina Tonin, Delegada do Grande ABC, no dia 11 de outubro passado, o CRP-06 esteve em audiência com o Secretário da Administração, Alberto Goldman, discutindo a questão do encarecimento do psicólogo contratado por órgãos estaduais.

Mais uma vez, o CRP-06 levantou o questionamento já colocado em contatos anteriores com assessores do Secretário de Administração: se a categoria do psicólogo tem ocupado espaço crescente nas áreas públicas de Saúde, Educação, Promoção Social; se tem desenvolvido trabalhos lado a lado com enfermeiros, terapeutas ocupacionais, entre outros, como se justifica a diferencia-

ção da faixa salarial?

Essas reivindicações dos psicólogos, relativas ao encarecimento, se reportam à Lei Complementar nº 556/88, que os enquadrava na faixa salarial 3, outras categorias universitárias, atuando também na área da Saúde, como médico, enfermeiro, médico sanitário, terapeuta ocupacional ficaram na faixa 5 e 6. Na realidade, essa Lei, que faz parte da Reforma Administrativa do Governo do Estado de São Paulo, veio reiterar a discriminação que o psicólogo já sofria desde 1981, quando pela Lei 247 foi situado no nível 3, enquanto o profissional do Magistério era colocado no nível 5 e o da Saúde no 7.

Na audiência, Alberto Goldman reafirmou que a última reformula-

ção não havia estabelecido, mas apenas confirmado a diferenciação e informou que a Secretaria da Administração havia constatado que, em termos salariais, os psicólogos contratados por instituições públicas do Governo de São Paulo ficavam abaixo da faixa em vigor no mercado em geral. O Secretário comunicou que estava sendo reformulada pela Secretaria da Administração uma proposta de reestruturação de categorias de nível universitário, entre elas a do psicólogo.

Em reunião posterior, no início de dezembro, com a Assessoria Técnica da Secretaria da Administração, Marlene Zola foi informada de que, concluído o estudo de mercado, ficou decidido que o psicólogo passaria da faixa 3 para a 7, junto

com outros profissionais da saúde, como enfermeiros e terapeutas ocupacionais. Essa conquista, que responde a vários anos de lutas por parte dos psicólogos, representa um avanço que vai muito além da melhoria salarial, salienta Marlene Zola. Ela observa que o fato de o psicólogo ter sido enquadrado junto com outros profissionais de saúde implica o reconhecimento de seu trabalho e sua função social enquanto profissional da saúde, o que vem sendo uma reivindicação fundamental de nossa categoria. Esse reconhecimento é particularmente significativo no momento em que, de uma entidade representativa da categoria dos médicos, surge uma proposta de monopolizar a atuação na área da saúde.

Agenda

11.10.89 — A Conselheira **Frida Zolty** esteve no Instituto Clemente Ferreira debatendo o tema "Equipes Multidisciplinares".

18.10.89 — A Conselheira **Aicil Franco** participou de debate sobre "Terapias Alternativas" na Faculdade de Guarulhos.

19.10.89 — A Conselheira **Vera Regina Rodrigues** discutiu a verba do SUDS, em reunião na Secretaria da Saúde.

20.10.89 — A Conselheira **Benedita Antonia Watanabe** apresentou o vídeo "Psicologia, Imagens e Ações", na Faculdade de Guarulhos.

20.10.89 — A Conselheira **Bronis Liebesny** proferiu palestra sobre Ética, nas FMU.

21.10.89 — O Conselheiro-secretário **Adermir Ramos da Silva Filho** participou de reunião da CEST —

Comissão de Educação, Saúde e Trabalho no Conselho Federal de Psicologia.

23.10.89 — A Conselheira **Sara Raquel da Silva** participou de discussão do Projeto de Lei 270, no Sindicato dos Enfermeiros.

24.10.89 — A Conselheira **Vera Regina Rodrigues** participou do Congresso de Psicologia em Ribeirão Preto.

25.10.89 — Os Conselheiros **Ana Lúcia Jackson** e **Antonio Cesar Frasseto** participaram da reunião plenária do Conselho Municipal de Saúde, na Secretaria Municipal da Saúde.

25.10.89 — Os Conselheiros **Graça Maria Totaro** e **Maurício Lourenço Garcia** participaram do debate sobre Menoridade, no CRP-06.

Anote

A Faculdade de Psicologia da Universidade de Havana, a Sociedade de Psicólogos de Cuba e o Comitê Organizador Internacional promovem o III Encontro Latino-Americano de Psicologia Marxista e Psicanálise em Havana, Cuba, de 19 a 23 de fevereiro de 1990. Informações: Ambiental — Turismo e Viagens Ltda., Av. Brig. Faria Lima, 1684, sala 140, fones (011) 814-6191 — 814-8809.

Seminário teórico-clínico — Módulos: Transferências e Narcisismo, de fevereiro a dezembro. A cargo de Lia Pitliuk, psicóloga clínica, psicanalista e professora do Instituto Sedes Sapientiae. Informações: fone (011) 826-0989.

O Serviço de Aconselhamento Psicológico do Instituto de Psicologia da USP promove curso de aperfeiçoamento em Atendimento em Instituição, de 13 de março a 29 de junho de 1990. Informações na secretaria do P.S.A. do IPUSP pelos telefones (011) 813-8895 e (011) 813-3222, ramal 2703.

A CASA DO PSICÓLOGO comunica que está processando um cadastramento geral para os profissionais e estudantes de Psicologia. Basta deixar nome e endereço para receber um catálogo informativo atualizado de nossa programação 1990. Ligue: (011) 240-5454, 241-6090, 530-8646. Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda., Rua José dos Santos Jr., 197, Brooklin, São Paulo, CEP 04609.

O INEFF — Instituto de Estudos e Orientação da Família está com inscrições abertas para o curso "Formação de Psicoterapeutas", base psicanalítica, a se iniciar em março de 1990. Informações: Rua Traipu, 66, Perdizes, São Paulo, fone (011) 67.8688

O Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicoterapia Breve oferece cursos teórico-práticos de Psicoterapia Breve de Adultos (1 ano) e Psicoterapia Breve Infantil (2 anos). Informações pelo telefone 572-1631 ou rua Dr. Diogo de Faria, 634, conjunto 5, com Neta, de 2ª a 6ª feira, das 14 às 20hs e sábados das 8 às 13hs.

eppa

1º TRAINING EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Um programa de Integração Ensino/Treinamento, com base em orientação Analítica que visa dar instrumental prático ao exercício Clínico/Profissional para a década de 90.

eppa

PROPOSTA — • Articular na prática as diversas questões teóricas e os métodos consagrados dos estudiosos da personalidade, identificando formas, estilos e aplicações, com vista à primeira infância, adolescência e idade adulta.
• Instrumentalizar o treinando, dentro de uma visão fenomenológica para as diversas fases das intervenções terapêuticas, onde possibilite a obtenção de diagnóstico com ênfase ao processo das relações interpessoal e intergrupais.
• Estabelecer contato no campo das pesquisas: • Neuropsicológicas • Neurolinguísticas • Estados alterados da consciência.

ENSINO/TREINAMENTO — • Atendimento a pacientes sob orientação de Preceptores • Exposição dialogada • Estudos de Casos • Estudos dirigidos • Seminários • Técnicas de experiências simuladas • Supervisão.

CARGA HORÁRIA — 180 horas — 10 horas semanais

INÍCIO — 05 de Março/90

Nº DE VAGAS — 28 participantes

Voltado a PSICÓLOGOS e FORMANDOS em Psicologia — Corpo docente de alto nível curricular (Mestres, Drs, e PhD).

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES — Tel.: (011) 215-3268

Escola Paulista de Psicologia Avançada R. Mesquita, 789 — Aclimação - SP

Pensamento do fora

ESTRANGEIRO À RAZÃO

Nem sempre a loucura esteve associada à noção de doença. O desarrazoado e o insano caminham, várias vezes, por rumos distintos. A tese de Peter Pál Pelbart, agora transformada em livro (*da clausura do fora ao fora da clausura — loucura e desrazão*, Editora Brasiliense, 1989), apresenta uma reflexão onde são diferenciadas loucura, razão e desrazão.

Quando alguém está delirando, enclausurado radicalmente no seu mundo interior (mundo fantasmagórico), sem contato com a realidade objetiva, falando “coisas” que ninguém entende, não temos dúvida: a loucura está presente. Quando alguém age guiado pela lógica do “bom senso”, quando segue os padrões de vida e pensamento considerados “normais”, dizemos que é uma pessoa sensata, equilibrada, guiada pela razão. Mas o que dizer daquilo que não é propriamente louco, nem tampouco razoável? Encontramos insistentemente, no nosso mundo, uma infinidade de ações, pensamentos, comportamentos, que estão afastados da razão: são desarrazoados! Serão loucos? Parodiando o dito popular “nem tudo o que reluz é ouro”, poderíamos afirmar que *nem tudo que se afasta da razão é loucura*.

Ouvir a frase “fulano é louco!” é muito comum. Mas dita assim, solta, ela não informa se estamos frente a um elogio ou a um juízo sobre a patologia de alguém. No trabalho clínico, os profissionais da saúde mental deparam-se com múltiplos modos de pensar, modos de viver. Alguns destes modos raiam ou ultrapassam os limites do normalmente aceitável. Deparamo-nos com o diferente, o estrangeiro, o Outro. Surge uma questão: serão modos de ser, ou de pensar, enlouquecidos? Nosso juízo pode, também, oscilar entre a fascinação e a caracterização psicopatológica. Identificamos um sofrimento na clausura da loucura, mas será que é sempre assim? Será condição necessária da desrazão a presença do sofrimento?... Ao tratar como sinônimos loucura, desrazão e sofrimento (ou, de outra maneira, o louco, o desarrazoado e o infeliz) ficamos confusos e provocamos confusão.

É a partir da problematização destes termos — loucura, razão e desrazão — que o autor, graduado em Filosofia pela Universidade de Paris, Sorbonne, e agora mestre em Filosofia pela PUC/SP, desenvolve seu trabalho junto com o estudo e a cátedra filosófica.

Peter Pál Pelbart vem se dedicando ao tratamento de pacientes psicóticos no hospital-dia *A Casa*.

Fruto de elaboração conceitual, trabalho clínico e um modo de viver, o texto fala a partir de um con-

tato *afectivo* (no sentido espinosista do termo, onde estão conjugados o afeto e uma potência de provocar/receber marcas, inter-vir) com a loucura, o desarrazoado. Peter Pál Pelbart faz um percurso utilizando-se de diversos autores que se aventuraram a pensar aquilo que é estrangeiro à razão: “O encontro do pensamento com a desrazão sempre deu à luz personagens estranhos, como o filósofo-celerado de Sade e Klossowsky, o filósofo-transgressor de Bataille, o filósofo-louco para cuja virtualidade o próprio Michel Foucault mais de uma vez nos chamou a atenção, ou ainda o pensador do Fora, do qual tanto falaram, direta ou indiretamente, Nietzsche, Deleuze, Blanchot...” (pág. 68), Kafka, Artaud, Francis Bacon (artista plástico inglês) e tantos outros. São estes os companheiros dessa viagem nômade — às vezes vamos de par em par, às vezes em bandos.

Esta multiplicidade não deseja reduzir os conceitos uns aos outros fazendo uma prática de sinonímia, enclausurando todos eles numa matriz única de reflexão. Mas sim, colocar o pensamento para funcionar na sua mais alta potência articuladora. Como diz Peter Pál Pelbart: “Para o pensador, essa é a tentação mais intensa e ao mesmo tempo mais arriscada: esposar o devir-louco da matéria. Em outros termos, a tentação do pensador é vizinha da loucura. Deleuze tem razão, então, em perguntar-se se é possível, no fundo, pensar sem enlouquecer?” (Pág. 153).

Neste caminho, ao tratar os modos como o pensamento se expressa (louco, desarrazoado, divino, alienado, criativo, revolucionário...) não encontramos um problema pessoal ou individual. Não se trata des-

te ou daquele gênio louco ou fantástico, mas de outra maneira de tomar o conhecimento. Peter Pál Pelbart trata a todos, inclusive a si mesmo, como um conjunto de forças; algo assim como um campo de forças magnéticas. Cada pensador determina um plano de extrema singularidade, um espaço que permite alguns movimentos e não outros, um mundo com suas cores e climas, uma singularidade infinita (“finito ilimitado”). O que importa, para Peter Pál Pelbart, de um pensamento ou pensador, não o que ele traz dentro de si, mas sim o mundo que cria, o campo de forças que produz. Nenhuma interioridade e, no entanto, tudo é afirmado em nome próprio.

Este modo de tratar o conhecimento pede outro tipo de pensador, que Peter Pál Pelbart vai denominar “pensador do Fora”. Quanto mais próximo do “pensador” ou “pensamento do Fora”, maior a estranheza. Um leitor desavisado pode abandonar a leitura acreditando não estar compreendendo, achando tudo muito complexo para ser entendido. Será preciso conviver com a estranheza, deixar passar o que aparentemente não está de todo claro, seguir caminho e ao final aprender (ou apreender) uma nova maneira de pensar.

Para seguir esta proposta de trabalho com o pensamento, encontramos, na leitura, momentos de muita cautela. Por vezes, o autor faz algumas interrupções no sentido de esclarecer onde está ou de justificar um percurso. Para o leitor, alternam-se momentos de rapidez e lentidão: às vezes é preciso tomar fôlego, às vezes descansar.

Em alguns trechos do livro, em especial nas duas primeiras partes, o

leitor é levado, como que pela mão, às bases onde estará apoiado o pensamento. Em seguida, quando são apresentados capítulos ou temas mais incomuns (por exemplo, “Três Planos e uma Invaginação” e “Interregno Metodológico”), a leitura torna-se mais difícil — o leitor encontra-se com o “pensamento do Fora”.

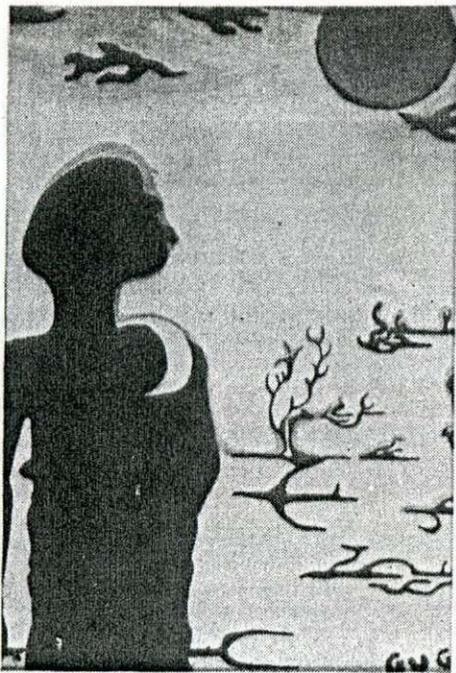
Mas como funciona? Como está articulada a maquinaria do livro. Diz Peter Pál Pelbart: “Às vezes é preciso diluir o que se disse a fim de que seja dito aquilo que se dilui (como faz Blanchot), às vezes é preciso correr em ziguezague, como um guerrilheiro em campo aberto, a fim de cruzar o Fora e não ser baleado (como Deleuze), às vezes ainda é preciso mover-se em círculos concêntricos, questionando a própria sombra com olhar de lince e uma precisão inquietante (como Foucault). Entende-se: neste trabalho não se tentou propriamente imitar nenhuma dessas soluções, mas utilizá-las, valer-se de seus ensinamentos táticos e truques de guerra, a fim de que o pensar a desrazão conseguisse driblar a resistência cristalizada na linguagem.” (Pág. 189)

Começando pelos gregos, onde a loucura está articulada com o divino, vamos ao século XIX (Hegel, Pinel) e à análise de Foucault, para então liberar outro conceito: o Fora como um campo onde o pensamento pode aventurar-se correndo o risco do enlouquecimento — fora da razão e, ainda, fora da loucura. Seguimos formando um grupo: Kafka, Artaud, Blanchot... cada um apresentado num aspecto que os ligue nessa tarefa de pensar o que parece impensável. Para finalizar, a apresentação de duas grandes linhas para o pensamento, Deleuze e Foucault (“Diagrama da Loucura”) e o surgimento de outro tipo de pensador: o pensador do Fora.

Três apêndices de grande valor pedagógico complementam o livro: “Etnologia e Loucura”, “O Normal e o Patológico” e “A Captura Psiquiátrica”. Claros e precisos, fornecem de forma “econômica” algumas informações fundamentais para compreender o que poderíamos chamar de “saúde mental” ao longo da história.

Para aqueles que se atormentam na turbulenta clínica das psicoses, para os que estão inquietos com a loucura (dos outros ou a própria), *da clausura do fora ao fora da clausura — loucura e desrazão* pode oferecer um precioso instrumento de trabalho e reflexão.

Leopoldo Pereira Fulgencio Junior é psicólogo, com formação em psicanálise. Dedicou-se ao trabalho clínico, especialmente com psicóticos e grupos no hospital-dia *A Casa*.



“Às vezes é preciso diluir o que se disse a fim de que seja dito aquilo que se dilui.”

O Congresso Nacional Unificado de Psicólogos

Alguns pontos aprovados e uma questão em aberto: que entidades devem representar a categoria?

De 8 a 9 de setembro de 1989, o Congresso Nacional Unificado dos Psicólogos reuniu em Brasília cerca de 230 participantes, entre delegados eleitos e de diretoria de entidades. Exceto Sergipe e Tocantins, todos os Estados estiveram representados.

Promovido pelos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, a Federação Nacional dos Psicólogos e Sindicatos Estaduais de Psicólogos, o Congresso foi organizado por uma Comissão Nacional, composta por dois representantes do CFP, dois dos CRPs, dois da FENAPSI e dois dos Sindicatos Estaduais. Essa comissão definiu o temário: Análise da Conjuntura; Questões Conjunturais da Categoria, abrangendo Mercado de Trabalho, Formação do Psicólogo, Condições de Trabalho, Qualidade do Trabalho Profissional; Constituição (Legislação Ordinária) e, ainda, Plano de Lutas e Formas de Encaminhamento.

Cada tema foi discutido a partir de teses (27 no total) apresentadas individualmente por profissionais ou por grupos pertencentes a entidades representativas. No primeiro dia, na abertura do evento ficou de-

cidida a forma de discussão: os delegados, divididos em sete grupos, discutiriam todos os temas propostos para debate.

Embora o rol dos debates fosse extenso, nas discussões gerais na Plenária foram focalizados dois pontos: Formação e a questão das Entidades da Categoria.

O primeiro, amplamente discutido, resultou em várias deliberações. O segundo, que acabou sendo o centro da polêmica, suscitou um acirrado questionamento do corporativismo enquanto conceito e enquanto prática das entidades representativas da categoria.

Apesar de muitos participantes considerarem que o Congresso não atendeu a todas as expectativas, não se pode negar sua importância: pela primeira vez, problemas relativos a toda a categoria foram discutidos em âmbito nacional. O Congresso serviu como uma espécie de mapa de diversas tendências do Brasil inteiro e deixou clara a necessidade de abrir espaço sobre um debate mais amplo sobre que tipo de instituição devem representar a Psicologia e os seus profissionais.

O QUE FICOU DEFINIDO

- Articulação com o movimento nacional do ensino público pelo apoio à definição das LDB — Leis das Diretrizes Básicas.
- Defender a criação do CFE — Conselho Federal do Ensino Superior, integrando-se na luta pela sua democratização.
- Defender o ensino público gratuito e de qualidade.
- Promover um fórum de discussão sobre formação, convocado pelas entidades da categoria.
- Impedir a abertura de novos cursos de Psicologia: 1. até que os já em funcionamento estejam aceitáveis; 2. a não ser quando precedidos de pesquisa prévia em decreto-lei federal.
- Defender a avaliação da qualidade dos cursos.
- Defender a redução e redistribuição de vagas.
- Lutar pelo fechamento de cursos devido à má qualidade e concentração de vagas.
- Defender a supervisão de estágio exercida exclusivamente por psicólogos.

logos.

- Lutar pela reorientação da formação profissional para prioridades sociais.
- Lutar pela garantia de um ensino crítico e reflexivo por parte das instituições.
- Lutar contra a extinção de vagas para docentes no ensino público federal universitário.
- Lutar pela extinção do contrato por hora-aula e a favor do incentivo a formas de contratação de docentes com maior dedicação ao ensino.
- Lutar pelo incremento dos recursos à pesquisa e pós-graduação em Psicologia.
- Chamamento nacional da FENAPSI e CFP à constituição de um fórum nacional que organize a discussão intercategorias para repensar a questão da organização técnico-profissional e interdisciplinar, sob a responsabilidade dos Conselhos e com a perspectiva de unificação das lutas sindicais de responsabilidade da FENAPSI.
- Discutir e rever as entidades da categoria, extinguindo a concepção corporativa.

A Opinião dos Participantes

O Jornal CRP-06 ouviu dois participantes do Congresso, um representante de Diretoria de Entidade e um representante de Base, cujas opiniões resumimos a seguir.

Marlene Guirado, professora do Instituto de Psicologia da USP-IPUSP. Participou como delegada de Diretoria de Entidade, enquanto presidente do CRP-06 na data de realização do Congresso.

“O Sindicato de São Paulo apresentou a tese de extinção dos Conselhos com o argumento, entre outros, de que o Conselho é representativo do Estado e não da categoria. O CRP-06, por sua vez, levou a tese da transformação dos Conselhos em Ordem, com o argumento da necessidade de modificar a forma legal dessas entidades para que se dê conta de dois fatos: um, ampliar suas funções de maneira a garantir um estatuto de lei para certos avanços políticos que as últimas gestões dos Conselhos têm concretamente efetuado; outro, garantir a existência de uma instituição que possa atender às condições do exercício profissional como um todo nas discussões, ético-técnicas, tendo em vista a qualidade dos serviços oferecidos como um direito da população.

Nossa intenção era ter, no Congresso, uma ocasião para que divergências como esta pudessem ser confrontadas e amadurecidas no debate sobre estratégias políticas das entidades. A organização do Congresso e a condução dos trabalhos pela “Mesa” era decisiva nesse sentido. A possibilidade de que os temas mais mobilizadores fossem, desde os grupos, privilegiados para discussão era vital. Na medida em que, com preocupações didáticas (?), propôs-se que todos os temas fossem tratados por **todos os grupos** organizados segundo critérios aleatórios, bem como na medida em que o tempo era exíguo para tantos temas de relevância inegável, deu-se ao final, na Plenária Geral de aprovação, o esperado: a) um enorme número de propostas sem condições de serem ponderadas pelo plenário para votações conseqüentes; b) uma formulação de pauta que não dava destaque ao assunto veiculado, nos corredores, como aquele de sentido crucial para o momento (no caso, Entidades da Categoria); c) vota-

ções apressadas sobre pontos parciais e pouco articulados; d) um clima de tensão e de conflito de posições (especialmente metaforizado na divisão dos participantes em dois blocos na sala de Plenária, que votavam quase por unanimidade ‘um contra o outro’) que não foram, pela maneira mesma de condução dos trabalhos, direta e abertamente discutidos. Os bons frutos do Congresso ainda estão por vir, quando essa discussão for levada fora dos círculos das gestões das entidades, em associações científicas, universidades, entre psicólogos reunidos a partir dos próprios Conselhos e Sindicatos.”

Yves de La Taille, professor e pesquisador do Instituto de Psicologia da USP — IPUSP. Participou do Congresso como delegado de Base.

“Nesse Congresso, houve um divisor de águas entre os sindicalistas querendo acabar com as entidades de categoria e outros (na linha do CRP-06) que, sem negar novas formas de organização, sublinham as

necessidades de uma organização específica. Pessoalmente, concordo em que deva haver um nível de organização por ramo de atividade, porém não se podem esquecer as especificidades da profissão, como a questão da ética, que não se resolve com justiça civil nem com organização sindical. O controle deve passar por um critério técnico, que exige um grupo organizado, capaz de entender, estudar e aprofundar a validade e a prática da profissão. Houve muita discussão política no Congresso e isto foi ótimo porque ela é importantíssima. Mas alguns sindicalistas, que estranhamente se dizem inspirados por Marx, não levaram em conta que se falava de agentes concretos, com uma profissão, um contexto, o que resultou numa análise fraca, porque demasiado global. Embora se digam materialistas, eles colocaram propostas que são do mais puro formalismo e quem chegasse no meio de muitas das discussões, teria dificuldade para descobrir que se tratava de um congresso de psicólogos.”